

## **PONTOS PE VISTA: O que pensam outros especialistas?**

### **APROFUNDANDO A DISCUSSÃO DAS RELAÇÕES ENTRE DESNUTRIÇÃO, FRACASSO ESCOLAR E MERENDA**

Maria Aparecida Affonso Moysés\*  
Cecília Azevedo Lima Collares\*\*

O programa de merenda escolar permanece, em nossa opinião, uma questão não resolvida para a educação brasileira, embora muito já tenha sido escrito sobre ele. Constantemente, retornam as críticas, ora sobre seu caráter assistencialista, ora sobre as verbas que *rouba* da educação, ora a respeito de como é usado politicamente; sobre sua inconveniência, enfim.

Em contatos com professores, em diferentes regiões, ao longo do tempo, temos percebido que essa polêmica permanece calcada, quase exclusivamente, em argumentos passionais, passando ao largo de alguns pontos que deveriam, obrigatoriamente, subsidiar as discussões.

Consideramos que, pelo menos parcialmente, essa deformação, desviando o foco do que deveria ser prioritário, deve-se à história de como surgiu o programa de merenda no Brasil.

\* Professora no Departamento de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. \*\* Professora livre-docente no Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da Unicamp.

A análise histórica do programa não constitui o objetivo deste texto; apenas estamos nos apoiando em alguns marcos de sua história como subsídio para o entendimento das idéias que informam e mantêm essa discussão desfocada, entendimento necessário para sua superação e conseqüente retomada da reflexão em outro patamar.

### **O surgimento do programa de merenda escolar**

Até a década de 50 inexistia qualquer proposta sistematizada de merenda nas escolas. As escolas organizavam, através de iniciativa particular de cada unidade, suas caixas escolares, que forneciam alimentação aos alunos, (todos, ou apenas os carentes, de acordo com a escola). Em todas as escolas, a caixa era mantida por contribuição voluntária dos alunos que podiam contribuir e de firmas locais. A proposta das caixas era, eminentemente, de cunho assistencialista, imprimindo um significado especial, classificatório, à expressão aluno da caixa.

Na década de 50, com o fim da guerra da Coreia e a supersafra americana, ocorre um excedente agrícola nos Estados Unidos, que é doado à Unicef. Parte dessa doação é destinada ao Brasil, onde é direcionada aos programas de suplementação alimentar, vinculados ao Ministério da Saúde. E neste contexto que é instituída, em 31 de março de 1955, através do Decreto nº 37.106, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), mais conhecida como Merenda Escolar.

A merenda é criada, assim, enquanto programa oficial, como mais um programa de suplementação alimentar. Esse caráter é

explicitado em seus próprios objetivos, em que se destaca o primeiro: *melhoria das condições nutricionais e da capacidade de aprendizagem e conseqüente redução dos índices de absenteísmo, repetência e evasão escolar*. Os demais objetivos são: aumento da resistência das crianças às infecções; melhoria dos hábitos alimentares dos escolares e das condições de ingresso às escolas, através da proteção aos pré-escolares.

A partir daí, ocorrem mudanças no programa, algumas apenas no nome do organismo responsável, outras propondo a descentralização e uso de alimentos *in natura*. Entretanto, até hoje, persistem os mesmos objetivos de 1955.

Esta história, já muito conhecida, é aqui lembrada, muito sinteticamente, apenas para colocarmos o ponto central deste texto.

A mentalidade subjacente à criação do programa de merenda escolar é claramente de ordem assistencialista e voltada para problemas da esfera da saúde. Explícita, ainda, a concepção dominante, segundo a qual as crianças não aprendem na escola por serem desnutridas, mas são desnutridas por terem hábitos alimentares inadequados. Essa mentalidade permeia, ainda hoje, as falas oficiais sobre a merenda.

Ao contrário dos países em que a merenda surge como projeto destinado a suprir a necessidade fisiológica de todas as crianças (desnutridas ou não, pobres ou não) de se alimentarem a intervalos de quatro horas, no Brasil a merenda surge propondo-se a erradicar (ou diminuir) a desnutrição e, daí, a minimizar o fracasso escolar. Nos demais países, o reconhecimento de direitos

das crianças; no Brasil e demais países da América Latina, assistência a pobres e ignorantes.

Essa concepção imprimiu — e ainda imprime — uma marca particular ao programa de merenda no Brasil. E esta marca tem direcionado as discussões sobre ele. As discussões centram-se sobre um mero programa assistencialista de suplementação alimentar que para muitos nem deveria estar na escola. A criança e seus direitos, que deveriam ser o objeto primordial, permanecem, muitas vezes, à margem da reflexão.

A proposta de retomar esta discussão sob outra perspectiva deve partir da desmistificação dos próprios objetivos do programa. Mais do que assistencialistas, são impossíveis de serem atingidos, o que coloca a artificialidade da polêmica.

Se o discurso oficial coloca a merenda como programa assistencialista de suplementação alimentar, temos estado, por anos, presos à discussão que esse discurso impõe. Isto é, temos nos mantido reféns de um espaço permitido de discussão e de propostas, cujos limites têm sido definidos pelas falas governamentais.

Propomos, aqui, a ousadia de subverter essa situação. Iniciar a transformação da merenda, pela via da discussão, do discurso, em uma questão de respeito a direitos da criança; desvincular nosso pensamento das falas oficiais; desvincular a merenda da concepção paliativa para carências que ela não pode suprir e impedir sua utilização na minimização de problemas tão graves como a desnutrição e o fracasso escolar.

A fome, a desnutrição, o fracasso escolar são, antes de tudo, o reflexo de um estado onde direitos e cidadania ainda constituem ideais. É sob a perspectiva de direitos desrespeitados — ou não conquistados — que consideramos necessário recuperá-los se se pretende uma outra concepção da merenda.

Acreditamos que somente com a apropriação da noção de direitos desrespeitados se pode construir propostas, estratégias, para a reversão dessa situação.

### **Fome, desnutrição: não-direito de não-cidadãos**

Muitas vezes, a desnutrição tem sido entendida como um problema que dificulta a aprendizagem e pode ser combatido com a merenda. Acontece a tal ponto que quando se questiona essas relações simplistas parece que se está afirmando que a desnutrição não é problema. Isto demonstra como a própria desnutrição tem sido minimizada, deixando de ser um grave problema em si, parecendo só ter importância porque interferiria com o rendimento escolar.

Queremos, aqui, enfatizar que a desnutrição continua sendo um dos mais graves problemas brasileiros. Mesmo que não tivesse qualquer conseqüência sobre a condição de vida das pessoas, é a conseqüência do desrespeito a um direito essencial do ser humano: o de não passar fome e só por isto já constitui um problema social gravíssimo. Assumir esta relação de anterioridade entre fome e

desnutrição implica nos determos um pouco na análise da situação alimentar da população brasileira.

Para tanto, devemos começar perguntando quanto ganha o trabalhador brasileiro.

Segundo os dados da PNAD/83<sup>1</sup>, 82% da população economicamente ativa (PEA) recebiam até três salários mínimos, sendo que 47,5% recebiam até um salário mínimo. Analisando-se os dados sob a ótica de composição familiar, observa-se que 52,6% das famílias brasileiras sobreviviam com renda de até dois salários mínimos (máximo de 0,5 SM *per capita*, limite definido para a categoria socioeconômica de estrita pobreza); 28,3% das famílias sobreviviam com renda de até um salário mínimo (até 0,25 SM *per capita*, limite da assim chamada estrita miséria).

Entretanto, o que é o salário mínimo? O que e quanto ele pode comprar?

Com o intuito de proteger, minimamente, as condições de vida da classe trabalhadora, em 1940 foi instituída a legislação do salário mínimo, que representa por lei a renda necessária para a manutenção de uma família, composta por dois adultos e duas crianças, em termos de alimentação, habitação, transporte, vestuário, saúde, educação e lazer.

<sup>1</sup> Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, realizada pelo IBGE, em 1983. Esse estudo abrangeu, por definição, apenas as famílias com domicílio permanente, o que significa que a parcela ainda mais miserável ficou fora da amostragem.

É interessante observarmos a evolução do poder de compra do salário mínimo, considerando-se que a sua definição legal não sofreu modificações.

Em 1960, o salário mínimo real era igual ao da época de sua criação; daí esse ano ser usualmente empregado como referência nas análises. Desde então, com pequenas oscilações, o salário mínimo tem apresentado tendência à redução de seu valor real. Apenas na década de 80, o poder de compra do salário mínimo teve uma queda de 59%, segundo o Dieese. Com as taxas altíssimas de inflação e os sucessivos planos econômicos, com mudanças de nome e valor da moeda nacional, tornou-se mais complexo acompanhar as variações de valores nominais e reais do salário mínimo, porém alguns outros dados podem facilitar nossas tentativas de entender como vive o brasileiro.

Para o objetivo deste texto, podemos nos deter especificamente na questão da alimentação. Na definição legal do salário mínimo, o item alimentação é representado pela cesta básica, uma lista de alimentos e suas respectivas quantidades, que se estabeleceu como sendo a alimentação da família idealizada pela lei. Assim, de forma mais simples, pode-se analisar o peso da alimentação (da lei) sobre o salário mínimo, ou, em outras palavras, quantas horas um trabalhador brasileiro que recebe um salário mínimo deve trabalhar para conseguir comprar os alimentos que compõem a cesta básica. A seguir, apresentamos estes dados, especificamente para o Estado de São Paulo.

#### Evolução do custo da cesta básica (quatro pessoas), em horas de trabalhos mensais

Período	Horas trabalho/mês
Dezembro —1965	87,3
Dezembro —1971	113,4
Dezembro—1981	120,4
Outubro —1983	262,3
Fevereiro —1986	177,5
Novembro—1994	2805

Fonte: Dieese

Pode-se observar a tendência constante de aumento do custo da alimentação para a família trabalhadora, com um ponto de alívio em fevereiro de 1986, coincidindo com o Plano Cruzado. Considerando-se as mudanças da jornada mensal de trabalho, é interessante analisar a proporção da jornada (ou seja, a proporção do salário mínimo) que é necessária para comprar a cesta básica: 50,16% em 1981; 109,29% em 1983; 73% em 1986 e 138,26% em 1994. Em 1996, após o Plano Real, o custo da cesta básica tem oscilado em torno de 100% do salário mínimo.

Porém, qual a composição da cesta básica? Por lei, a cesta básica que entra nos cálculos do salário é constituída por: 6 kg de carne; 4,5 kg de feijão; 3 kg de arroz; 7,5 litros de leite; 1,5 kg de farinha de trigo; 6 kg de batata; 9 kg de tomate; 6 kg de pão; 600 g de café; 3 kg de açúcar; 750 g de óleo ou banha; 750 g de manteiga ou margarina; 7,5 dúzias de banana.

Para a família da lei (quatro pessoas, dois adultos e duas crianças), significa 50 g de carne por dia por pessoa; dois copos de leite por dia (apenas as crianças? Um copo por criança por dia?); três bananas por dia para quatro pessoas<sup>2</sup>.

Em síntese, uma cesta básica insuficiente é inacessível para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

Daí, não são surpreendentes<sup>3</sup> os resultados de inquéritos sobre o estado nutricional do brasileiro. Surpreendem sim, por revelarem estratégias de sobrevivência jamais imaginadas, pois o que se poderia esperar pelos dados apresentados, aliados à produção de alimentos insuficiente para o consumo interno, seria ainda muito pior do que a realidade encontrada.

No Brasil, não existe a tradição de inquéritos populacionais a intervalos periódicos, com a mesma metodologia, condições essenciais para que se possa falar em evolução, tendências, etc. A decorrente precariedade de dados primários é reconhecida em todos os campos de atuação e existe também quando se pretende analisar a fome e suas conseqüências. Surge a expectativa de se ter uma

aproximação indireta do problema, estudando apenas sua porção mais aparente, mais facilmente identificável, isto é, as pessoas em que a fome atinge tal intensidade e duração que chega a se manifestar no plano biológico, podendo ser detectada clinicamente: as pessoas em que a fome passa a se chamar desnutrição. Pois assim poderia ser conceituada a desnutrição: os estágios mais avançados da fome, quando deixa de ser apenas necessidade básica não atendida, direito desrespeitado e se transforma também em doença<sup>4</sup>.

Entretanto, a precariedade dos registros dos serviços de saúde, seja quanto à morbidade ou quanto à mortalidade — e até mesmo dos registros de nascidos vivos e óbitos — é ainda maior. Se se pensa em desnutrição, esse quadro se agrava. A desnutrição constitui uma das doenças mais subnotadas nos prontuários e mesmo nos atestados de óbito; para isso, deve contribuir a ideologia de naturalizar problemas sociais, fazendo com que o profissional considere a fome quase inerente às pessoas dos estratos mais pobres, deixando até mesmo de diagnosticar a desnutrição. E quanto mais pobre a região, portanto com mais desnutridos, mais falhos os registros. Apenas como exemplo, pode-se citar os coeficientes de mortalidade por desnutrição nas regiões Norte e Nordeste inferiores aos das regiões

<sup>2</sup> Em artigo sobre as condições de vida da população brasileira, Victor V. Valia (1991) chama a atenção para a precariedade da cesta básica, com o subtítulo *3 bananas para 4 pessoas*.

<sup>3</sup> Deve-se enfatizar que não serem surpreendentes não significa que sejam *naturais*, como muitas vezes somos levados a pensar, com a naturalização de problemas sociais. É este processo de naturalizar problemas que não se inserem no mundo da natureza, mas dos homens, que faz com que a desnutrição seja subnotificada pelos médicos, como se verá adiante.

Em 1984, Valente e Baldijão conceituaram desnutrição como "... nada mais é que a fome da célula, ou seja, uma manifestação no nível do biológico do processo social de exploração capitalista que nega o acesso dos trabalhadores ao produto de seu trabalho (...) em quantidades e/ou qualidades suficientes para satisfazer suas necessidades nutricionais/alimentares, fisiológicas *el* ou historicamente determinadas".

Sul e Sudeste. Embora exista a tendência de melhoria desse quadro de sub-registro, não se pode esquecer-lo, sob pena de considerar a dimensão da desnutrição menor do que é na realidade. Porém, mesmo subestimados, os números são assustadores: em 1989, a desnutrição provocou quase uma morte por hora, atingindo especialmente crianças menores de um ano, pré-escolares e idosos. Apesar da tendência de diminuição do coeficiente de mortalidade por desnutrição em todas as regiões do País, "esse indicador permaneceu elevado nas comparações internacionais, mesmo sem correção do provável sub-registro. Assim, no Brasil, em 1989, morreu-se por desnutrição no primeiro ano de vida 134 vezes mais do que nos Estados Unidos da América, 34 vezes mais do que em Cuba e três vezes mais do que na Costa Rica" (Bittencourt, Magalhães, 1995).

A busca de dados mais precisos nos serviços de saúde frustra-se mesmo se se considerar que a mortalidade reflete apenas uma pequena parcela do problema, detectando apenas os casos em que a desnutrição provoca a morte, os autores reconhecem a subestimativa do dado.

Para melhor entender esta questão, é necessário nos determos um pouco sobre os diferentes graus de desnutrição. Didaticamente, poderíamos imaginar o que acontece com o organismo de uma criança a partir do momento em que ela passa a se alimentar menos do que necessita. Em uma primeira etapa, ela sentirá fome, o que significa que, com uma necessidade básica não atendida, diminui sua disponibilidade para qualquer atividade, até para

brincar<sup>5</sup>. Satisfeita a necessidade primária, não persiste qualquer efeito residual. Quando a fome se mantém, em intensidade e tempo, a ponto de interferir com o suprimento energético necessário para manter todo o metabolismo do corpo, isto é, com repercussões no plano biológico—transformando-se em desnutrição —, o organismo tenta se reequilibrar adotando medidas de contenção de gastos: sacrifica as atividades que poderiam ser consideradas supérfluas, do ponto de vista da sobrevivência. E neste contexto, nada mais supérfluo do que crescer! Nesta fase da desnutrição, o corpo mantém todo seu metabolismo absolutamente normal às custas do sacrifício da velocidade de crescimento. Esta é a chamada desnutrição leve ou de primeiro grau. Conceitualmente, são crianças mais baixas, em que só se pode diagnosticar a desnutrição pela comparação do peso e estatura com a idade; com o metabolismo mantido, não apresentam qualquer alteração perceptível ao exame físico ou laboratorial. A maioria das crianças desnutridas consegue manter este novo equilíbrio de energia, não avançando para as fases mais avançadas. Esta é, também, a parcela de crianças mais difícil de ser identificada; boa parte delas escapa a qualquer sistema de notificação de desnutrição; se se pensar em dados de mortalidade, passam totalmente despercebidas.

Talvez fique mais fácil entender as repercussões de uma necessidade básica não satisfeita se nos lembrarmos que se refere a uma necessidade fisiológica que não pode ser ignorada, como a fome, o sono, a vontade de ir ao banheiro; quando presente, dificulta a atenção em qualquer outra atividade.

Quando a fome é de tal intensidade que não pode ser contrabalançada com a interrupção do crescimento físico, sobrevêm os estágios mais avançados: a desnutrição moderada, ou de segundo grau, em que já aparecem sinais clínicos característicos ao exame físico; e, quando o desequilíbrio é ainda maior, a desnutrição grave, ou de terceiro grau, em que os sinais se acentuam e o comprometimento de todas as reações metabólicas é tão intenso que o risco de morte é iminente. Como em todas as doenças, a progressão da gravidade acontece em menor proporção do que o estágio anterior. A desnutrição grave constitui o grau menos freqüente de desnutrição, acontecendo principalmente no primeiro ano de vida, com uma taxa de letalidade altíssima. É esta pequena parte que ainda é subnotificada nos atestados de óbito.

Assim, se se pretende uma percepção mais adequada da dimensão da fome e da desnutrição, temos de retornar aos inquéritos populacionais. Existem basicamente dois inquéritos nacionais que incluem dados sobre o estado nutricional: ENDEF<sup>6</sup>, em 1974/1975, e PNSN<sup>7</sup>, em 1989. Existem diferenças metodológicas importantes

<sup>6</sup> Estudo Nacional de Despesa Familiar, realizado pelo IBGE, estudou 55.000 famílias em todo o País, com o objetivo de caracterizar a estrutura de despesas familiares, o consumo de alimentos na família e o estado nutricional. Foi assessorado pela Organização de Alimentação e Agricultura (FAO), da ONU, e seus resultados não foram divulgados pelos governos militares por quase dez anos.

<sup>7</sup> Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição, realizada pelo IBGE, em conjunto com Inan e Ipea, estudou 14.000 famílias, com o objetivo de caracterizar as condições de saúde, o estado nutricional e a estrutura socioeconômica das famílias.

entre ambos, em termos de objetivos e amostragem, dificultando a comparação e análise evolutiva. O que se pode afirmar é que o ENDEF continua sendo a pesquisa brasileira mais abrangente sobre alimentação e nutrição.

Em 1975, 67% da população brasileira tinham um déficit alimentar, consumindo menos alimentos do que as recomendações da FAO, de acordo com os dados do ENDEF. Em outras palavras, 67% das pessoas passavam fome. Os dados sobre o poder aquisitivo da população, anteriormente apresentados, remetem esta discussão para o campo de acesso a alimentos, invalidando as tradicionais explicações sobre hábitos alimentares incorretos. Esse padrão de consumo de alimentos, já medíocre, piorou nos anos seguintes: "tomando o ENDEF como ano-base, a evolução do índice de disponibilidade de calorias por habitante caiu para 87% e de proteínas para 91%, em 1982" (Peliano et al., 1985).

Neste contexto em que a maioria da população não tinha acesso aos alimentos necessários, 18,4% das crianças brasileiras menores de 5 anos tinham desnutrição global<sup>8</sup> (Monteiro, 1992b). Entretanto, esse número médio apenas mascara a determinação social da fome e da doença desnutrição, pois resulta de indicadores bastante diferenciados segundo a região do País: 24,5% no Norte; 27% no Nordeste; 13,4% no Sudeste; 11,7% no Sul e 13,3% no Centro-Oeste.

Definida pela relação peso para idade abaixo de dois desvios-padrão da mediana da população de referência, do National Center of Health Statistics (NCHS).

Entretanto, mesmo com a redução constante da produção de alimentos para consumo interno, a queda do poder de compra do salário, a tendência mantida de concentração de renda<sup>9</sup>, comprova-se que existe uma tendência de queda nos indicadores de desnutrição na população menor de 5 anos nos últimos 15 anos. Este dado, de início altamente questionável, encontra paralelo na diminuição dos coeficientes de mortalidade infantil, gerais e por desnutrição. Não se tem as explicações, porém parece inegável a redução da dimensão da desnutrição no período 1975 a 1989, não existindo argumentos convincentes sobre eventuais inconsistências dos dados.

Assim, todas as diferenças de método entre os dois inquéritos não são capazes de explicar as diferenças encontradas para a prevalência de desnutrição em crianças menores de 5 anos, apresentadas a seguir:

Grande região	ENDEF (1975)	PNSN (1989)
Norte	24,5%	10,6%
Nordeste	27,0%	12,8%
Sudeste	13,4%	4,1%
Sul	11,7%	2,5%
Centro-Oeste	13,3%	4,1%
Brasil	18,4%	7,1%

Provavelmente, estes números refletem estratégias de vida que desconhecemos e ainda não fomos capazes de captar. Desnudando o caráter ideológico dos programas de educação alimentar, mostram

<sup>9</sup> Segundo o Banco Mundial, 10% da população brasileira detêm mais de 50% da riqueza nacional, sendo que a parcela de apenas 1% detém 16,35%, enquanto, no outro extremo, 50% da população detêm apenas 15,47% da renda e bens produzidos.

que as pessoas ludibriam a pobreza e a própria fome, trapaceiam no jogo de vida e morte, sobrevivendo a cada dia. Não se trata de fazer a elegia à pobreza, mas apenas de reconhecer que a população trabalhadora não precisa aprender a comer, apenas ter garantido seu direito de acesso a alimentos básicos.

É importante perceber que estes dados não falam de melhoria de condições de vida por mudanças estruturais — ou mesmo conjunturais — na economia brasileira. Ao contrário. Apesar da manutenção de uma política concentradora de renda e de exclusão da maioria da população, estas pessoas estão desenvolvendo estratégias próprias de enfrentamento da realidade, de tal forma que suas vidas nos desmentem a cada dia, nos mostram a precariedade de nossos instrumentos de análise.

Entretanto, deve ser feita uma ressalva fundamental: os inquéritos mostram que, contra todas as expectativas, ocorreu uma inegável redução na prevalência de desnutrição. Porém, este resultado não autoriza ninguém a fazer qualquer extrapolação para a situação de fome. Não se pode afirmar que houve, de 1974 a 1989, diminuição da parcela da população brasileira que passa fome<sup>10</sup>. Embora a desnutrição seja resultado direto da fome, mais intensa e prolongada, é importante reconhecer que os dados de 1989 nos deixam desarmados, sem referenciais de análise, uma vez que a proporção entre número de pessoas que passam fome e número de pessoas desnutridas pode, com grande chance, ter se modificado no decorrer do período.

A metodologia do ENDEF incluía a obtenção de dados sobre as classes de despesa familiar, inclusive com alimentação, permitindo a análise do que e quanto comia a família brasileira, por estratos de renda, o que não aconteceu com a PNSN. É por este motivo que se considera, até hoje, o ENDEF como a pesquisa mais abrangente sobre a situação alimentar do brasileiro.

Outra ressalva deve ser feita: embora ocorra redução em todas as regiões, a variação porcentual é menor no Norte e Nordeste, agravando-se, ainda mais, as desigualdades entre essas regiões e as demais.

A PNSN avaliou, também, a altura das crianças, permitindo avaliar a prevalência de desnutrição crônica, que reflete não apenas formas atuais de desnutrição (como é o caso da desnutrição global), mas também formas pregressas de desnutrição, que chegaram a comprometer irreversivelmente a relação estatura para idade. Quando se analisa a prevalência de desnutrição crônica, encontram-se índices superiores aos da desnutrição global: 15,4% para todo o País, sendo 12,3% nas áreas urbanas e 22,4% nas áreas rurais. Mantém-se o padrão de intensas desigualdades regionais, inclusive entre as áreas rurais e urbanas, sendo a área rural a mais comprometida<sup>11</sup> (Monteiro, 1992a; 1992b).

Bittencourt e Magalhães (1995) ressaltam que "... apesar da redução significativa na prevalência da desnutrição, as regiões Norte e Nordeste apresentam ainda quadros semelhantes a alguns países da África e da América Central, e mesmo as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam uma posição pior do que a já alcançada por países latino-americanos como Venezuela e Costa Rica".

Segundo Monteiro (1992a; 1992b), em 1989 existiam 2,1 milhões de crianças menores de 5 anos desnutridas; destas, 60,8% eram

<sup>11</sup>Norte: 23,0%; Nordeste: urbana 23,9% e rural 30,7%; Sudeste: urbana 7,2% e rural 12,7%; Sul: urbana 7,0% e rural 11,7%; Centro-Oeste: urbana 7,4% e rural 10,2%.

filhos de famílias nordestinas, que sobrevivem com renda mensal *per capita* inferior a 25 dólares.

Embora precários, os dados apresentados permitem uma aproximação do problema alimentar no Brasil, e diga-se, esta visão é estarrecedora. A fome continua sendo um grave problema, mantendo-se em algumas regiões em padrões similares aos de países muito menos desenvolvidos, reforçando seu caráter de classe. Nas palavras de Bittencourt e Magalhães (1995),

*Uma parcela expressiva da população aprofunda o sentimento de não pertencer à Nação, e isso é trágico para o exercício da cidadania. A convicção de fazer parte de uma comunidade facilita a elaboração das necessidades comuns e redefine as relações entre o cidadão e o Estado. O Estado é assumido como bem público, passível de interferência e controle social. Na ausência desse sentimento, é muito difícil elaborar a noção de alimentação como direito. Assim, a fome ilumina os limites da cidadania no Brasil.*

Diante de um quadro de proporções tão avassaladoras, é, no mínimo, mais um desrespeito a estas pessoas, à margem de um direito fundamental, afirmar que um programa de suplementação alimentar possa constituir, isoladamente, instrumento de enfrentamento da desnutrição e da fome.

Programas de suplementação são necessários como forma de ação imediata, até para permitir que ações mais duradouras e eficazes tenham o tempo necessário para surtir efeitos. Entretanto, isoladamente, não podem ser considerados como proposta real de superação do problema.

Quando se pensa em merenda escolar, a fragilidade do discurso é ainda mais gritante.

Em primeiro lugar, porque é um programa voltado para um segmento etário que não é o mais atingido pela desnutrição: a população em idade escolar é aquela que já driblou a morte no primeiro ano de vida; passa fome, mas não é a parcela sob maior risco de desnutrição. Não estamos afirmando que a fome não seja um problema em si; apenas a ausência de programas de suplementação voltados para as parcelas de maior risco (lactentes, pré-escolares e idosos), aliada à falta de propostas políticas de enfrentamento do quadro de intensas desigualdades sociais, permite falar da artificialidade do discurso sobre a merenda, identificando-o mais como peça de *marketing* político do que como pensamento real dos governantes.

Em segundo lugar, é frágil porque, mesmo sendo o programa de suplementação mais estável no Brasil, com crescimento constante da população atingida, a quantidade de alimentos *per capita* é tão reduzida que é impossível pretender qualquer alteração no estado nutricional dos escolares. Em 1986, ano em que a relação entre quantidade de alimentos e cobertura da população alvo foi a maior desde 1978, cada criança recebeu 12 kg de alimentos por ano! (Fonseca et al., 1988)

O discurso governamental que coloca a merenda escolar como programa para erradicar (ou minimizar) a desnutrição é artificial. A merenda não é capaz de resolver a fome nem a desnutrição. Até ousaríamos dizer que a merenda não é para resolver a fome ou a desnutrição.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995

A discussão sobre a merenda deve se inserir em outra esfera, a do simples direito de uma criança ter atendida sua necessidade fisiológica de se alimentar a cada quatro horas. Apenas isto. Como nos países em que direitos e cidadania constituem uma situação de fato.

### **Desnutrição e fracasso escolar: restabelecendo as conexões**

O fracasso escolar, entendido como a soma das taxas de retenção e de evasão escolares, constitui um dos mais graves problemas sociais do Brasil, sem dúvida o maior na área educacional.

Os estudos de Fletcher e Ribeiro mostram que, em 1943, 57,4% das matrículas na 1ª série eram de alunos repetentes, enquanto em 1987, este número era 53,7%. O fracasso escolar, principalmente na 1ª série do 1º grau, mantém-se em um patamar extremamente alto, praticamente inalterado nas últimas décadas.

Na década de 80, estima-se que três milhões de crianças abandonaram a escola e que seis milhões foram reprovadas (Nutti, 1996).

Segundo a Unesco, o Brasil é o país com o pior desempenho em educação em todo o mundo. A partir de critérios estabelecidos para determinar o número de pessoas que se esperaria ter concluído a 5ª série, em função das condições sociais e econômicas da região, cotejou-se esta expectativa com os dados reais, de forma que quanto maior a diferença entre os dois indicadores pior a situação educacional. De acordo com este método, o país com a pior realidade educacional é o Brasil, em uma dimensão que não se pode pretender explicar pela situação social (Folha de S.Paulo, 1995).

Os trabalhos de Sérgio Costa Ribeiro sustentam esta afirmativa. Na década de 90, no Estado de São Paulo, o tempo médio de permanência na escola fundamental é 8,6 anos, porém o tempo médio para completar a 8ª série é 11,7 anos, isto é, os alunos que conseguem completar a 8ª série só o fazem em doze anos (Ribeiro, 1993). Em pesquisas nossas, em 60 escolas estaduais em diferentes regiões do Estado de São Paulo, em muito poucas, 10% dos alunos conseguiram completar oito séries em oito anos, a maioria apresentando coeficientes bem menores, em algumas inferiores a 1%.

A democratização da escola revela-se, assim, como democratização do acesso à escola, mas não da escolarização.

Neste contexto, sem ignorar as questões extra-escolares, não se pode deixar de enfrentar que o fracasso escolar constitui um problema político, mas também pedagógico. E no estudo do cotidiano da escola que vários autores têm apontado possibilidades concretas de transformação de suas práticas, como forma de enfrentamento do problema (Collares, 1995).

A superação do fracasso escolar depende de uma mudança de olhar. Ao invés de justificá-lo pelas carências da criança (o que ela não sabe, as habilidades que ela não tem, sua condição de carência global, enfim), assumi-lo como mais um desrespeito a um direito fundamental do ser humano: o de aprender, o direito ao ensino, o direito ao acesso aos bens culturais produzidos pelo próprio homem.

A percepção do fracasso escolar nesta perspectiva é dificultada por justificativas para o desempenho do sistema educacional, deslocando a discussão de um problema coletivo, social, para o plano individual de falhas da criança.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995

Entre essas justificativas, tentativas de legitimar o que aí está, continua sobressaindo a crença em que a desnutrição é uma das principais causas do fracasso escolar. E o discurso acerca dos objetivos oficiais da merenda escolar, colocando-a como capaz de minimizar os problemas da desnutrição e do fracasso escolar, apenas reforça a crença nesse tipo de justificativas.

De um lado, dificulta a percepção do fracasso escolar como problema a ser enfrentado no plano coletivo, das políticas educacionais e da transformação do cotidiano escolar. De outro, gera reações contra a própria merenda, ao se perceber que, mesmo com a merenda, o fracasso escolar se mantém, portanto ela é inútil.

As falas acerca da desnutrição como uma das principais causas do fracasso escolar, que haviam diminuído há algum tempo, retornam hoje em grande intensidade, reacendendo o antigo debate sobre a merenda.

Achamos que, para restabelecer esta discussão em outro patamar, é necessário, antes, conhecer as relações entre a desnutrição e o desenvolvimento do Sistema Nervoso Central (SNC).

#### *Desnutrição e Sistema Nervoso Central*

Estas relações constituíram um objeto intensamente pesquisado, principalmente no período entre as décadas de 50 e 70. Merecem destaque, entre outros, os trabalhos de Dobbing, Cravioto, Monckeberb, Frisch, Brozek, Pollitt, Graves. A qualidade dos trabalhos desta época é tão relevante que se

reconhece que o conhecimento, então produzido, permanece como o essencial até os dias atuais.

Para entender as ações da desnutrição sobre o SNC, é necessário separar dois tipos de trabalhos que, embora sejam vinculados, não permitem a extrapolação direta de um tipo para o outro. Os dois tipos são: pesquisas sobre as repercussões da desnutrição sobre a anatomia do cérebro e pesquisas sobre repercussões sobre funções intelectuais. Este cuidado, para o qual praticamente todos os autores alertam, reflete o reconhecimento do estágio ainda incipiente do conhecimento sobre o cérebro. Um outro cuidado é essencial: a cautela na extrapolação de dados obtidos em pesquisas em animais para o homem, principalmente em relação aos aspectos de funções intelectuais.

Vejamos inicialmente as relações com a anatomia.

#### *As conseqüências da desnutrição sobre a anatomia do cérebro*

Admite-se<sup>12</sup> que a desnutrição pode provocar alterações anatômicas no cérebro quando — e apenas quando — existe a simultaneidade de três condições:

<sup>12</sup> Para maiores detalhes, remetemos à edição especial da Publicação Científica da OPAS, n<sup>o</sup> 251, de 1972, *Nutrition, the nervous system and behavior*, em que foram reunidos textos dos principais pesquisadores sobre o tema. Quase como síntese de todos, merece destaque o artigo de J. Dobbing.

— a *intensidade* da desnutrição deve ser grave;

— a *época de incidência* deve coincidir com o período de maior velocidade de crescimento do cérebro (no homem, do segundo trimestre de gestação até os seis meses de vida para a maioria dos autores, no máximo até os dois anos de idade);

— a *duração* deve ser longa, incidindo durante a maior parte do período de maior crescimento.

Se não ocorrerem as três condições em conjunto, a desnutrição não provoca nenhuma alteração anatômica no SNC.

Quando existe a simultaneidade — desnutrição grave, incidindo no início da vida, de longa duração —, observam-se quatro tipos de alterações anatômicas: a) redução de peso, tamanho e volume do cérebro; b) redução do número de células; c) redução na quantidade de mielina<sup>13</sup>; d) alterações na concentração de algumas enzimas.

Esses quatro tipos são conhecidos como *alterações quantitativas*, pois se referem exclusivamente às mudanças de quantidade de um determinado componente normal do SNC. Só podem acontecer durante a fase em que o cérebro está crescendo com maior velocidade, período em que, como qualquer outro órgão do corpo, é mais vulnerável aos efeitos prejudiciais de qualquer agente físico,

A mielina é uma substância rica em lípidos e que envolve, como uma bainha isolante, os axônios (ramificações do neurônio, que ligam uma célula a outra, através das sinapses), facilitando a transmissão dos impulsos nervosos.

químico ou biológico. Esta característica, de maior suscetibilidade nas fases iniciais da vida, bem conhecida, será responsável por outro efeito da desnutrição grave no SNC, conhecido como efeito distorção, que se refere a alterações qualitativas. Este efeito é reflexo do fato de que diferentes áreas do cérebro têm diferentes velocidades de crescimento, isto é, o cérebro não cresce como um todo homogêneo. Daí, as áreas que crescem mais rapidamente serão mais afetadas do ponto de vista das quatro alterações quantitativas. O exemplo clássico deste efeito é o cerebelo, área que cresce rapidamente em curto espaço de tempo; portanto, costuma ser mais atingido que outras áreas que se formam mais lentamente.

Um ponto importante neste tema é entender que a desnutrição grave, no início da vida, não provoca lesões no cérebro, não há uma região com a estrutura lesada, patologicamente modificada. Por isto se fala em alterações, pois o que acontece é que, em uma imagem simples, o cérebro cresce menos.

Não existe qualquer controvérsia sobre estas conclusões dos estudos já conhecidas há 30 anos. Sabe-se, ainda, que estas alterações tendem a ser irreversíveis, mesmo que se resolva a desnutrição posteriormente. A grande questão, até hoje, é exatamente reconhecer qual é o significado funcional destas alterações anatômicas. O que significa, em termos de funções intelectuais, por exemplo, uma redução de 10% no número de células? Simplesmente, não se pode responder. Qual a consequência da alteração na concentração de uma enzima em particular? Não se sabe. O efeito distorção tem repercussões? Não se sabe.

É exatamente por esta lacuna de conhecimento entre uma área e outra — a anatomia e a função — que, embora reconhecendo que

deva existir alguma vinculação, pois a anatomia é o substrato da função e, ainda, pelo reconhecimento de que as funções intelectuais constituem um campo de conhecimento extremamente complexo, se alerta para os perigos de extrapolações diretas entre as duas áreas.

#### *A desnutrição e as funções do SNC em animais*

O outro tipo de trabalho apontado tem por objeto as consequências da desnutrição sobre as funções intelectuais<sup>14</sup>. É óbvio que o que se tenta é, indiretamente, se aproximar destas relações entre alterações anatômicas e funcionais. Ou, em outras palavras, conhecer as repercussões, no plano funcional, das alterações na anatomia do SNC determinadas pela desnutrição. Entendido este objetivo, é fácil compreender por que todas as pesquisas nesta área são feitas com animais que foram desnutridos graves, no início da vida, por um longo período; animais, portanto, que, presumivelmente, têm alterações anatômicas em seu cérebro. Não existem estudos com animais que não preencham estes pré-requisitos. Compreende-se, também, por que todos os estudos são feitos em animais adultos, que já se recuperaram da desnutrição, pois o que se quer avaliar é especificamente a consequência das alterações anatômicas irreversíveis, aquelas que persistem mesmo depois que o animal não é mais desnutrido. Para tanto, é preciso isolar possíveis efeitos

<sup>14</sup> Existem muitos autores com contribuições essenciais nesta área, nas décadas de 50 a 70, como já dissemos. A Publicação Científica OPAS, n<sup>o</sup> 269, de 1973, *Nutrición, comportamiento e desarrollo social*, constitui excelente bibliografia inicial para os interessados, trazendo uma coletânea de textos dos principais autores.

da desnutrição em si sobre qualquer atividade do animal, pela situação de déficit calórico extremo da desnutrição grave, sem que haja uma ação direta sobre o cérebro. Daí, não se estudam os animais durante a fase de desnutrição, mas posteriormente.

Respeitados esses pressupostos, as pesquisas sobre as conseqüências da desnutrição, sobre aspectos funcionais do SNC em animais, mostram quatro tipos básicos de alterações:

— labilidade emocional (mudanças bruscas de humor, desproporcionais à intensidade dos estímulos, geralmente aversivos; em outras palavras, lidam mal com situações de *stress*);

— alterações no comportamento em relação a alimentos (comem mais, mais rapidamente, com maior voracidade; agem como se sempre estivessem com fome);

— redução das atividades exploratórias (diante de situações ou objetos novos, demoram para iniciar a exploração e o fazem com menor intensidade);

— redução no desempenho em testes que se propõem a medir capacidade de solucionar problemas.

Aqui uma ressalva fundamental: se em relação à anatomia os efeitos em animais e no homem são semelhantes, quando se fala em funções intelectuais, não se pode fazer qualquer extrapolação, pois a própria natureza destas funções, no homem, é muito diferente.

Vale a pena nos determos um pouco na análise destes resultados em animais, mais especificamente no último tipo, pois constitui o que mais se aproxima de nosso objeto neste texto. A maior parte destes trabalhos é feita com ratos, utilizando a técnica do labirinto. Em todos, relata-se o menor desempenho do grupo de animais que foram desnutridos graves no início da vida em relação ao grupo controle, de animais normais. Isto tem sido interpretado como comprovação de que a desnutrição provoca uma redução da capacidade de solucionar problemas. Um primeiro ponto é que esta expressão, capacidade de solucionar problemas, remete a um referencial teórico que considera possível avaliar o potencial intelectual, pois, na verdade, é isso que se está pesquisando: a desnutrição compromete o potencial intelectual, rebaixando-o? E é exatamente esse o entendimento da maioria das pessoas que lêem esses trabalhos: o teste é capaz de avaliar o potencial de inteligência, geneticamente determinado, e, portanto, uma redução do desempenho no teste significa que esse potencial foi comprometido.

Analisemos, com um pouco de cautela, o teste do labirinto.

O animal é colocado em um labirinto e deve conseguir sair em tempo determinado. Este detalhe — estar dentro do labirinto —, aparentemente insignificante, é essencial e não tem recebido a adequada atenção. Esta é uma das provas mais difíceis para o rato, necessitando a integração de diferentes habilidades, de memorização, de relação espacial tridimensional, entre outras. É a prova que avalia as funções intelectuais mais complexas que podem ser identificadas no rato. Então, estamos falando do que há

de mais sofisticado e desenvolvido, em termos de inteligência, que o rato pode atingir<sup>15</sup>.

Um outro ponto é que, neste tipo de prova, sempre se usa o chamado reforço, positivo ou negativo. Assim, quando o animal erra, é submetido a um castigo (choque elétrico, queda na água fria, etc.); quando acerta, acha na saída uma recompensa, geralmente alimento ou água, do qual esteve privado. Ora, mas o nosso animal não reage mal a situações de tensão e não tem um comportamento alterado diante dos alimentos? Somente isso pode interferir no seu desempenho, sem que necessariamente seu potencial esteja reduzido. Alguns trabalhos mostram isso: quando o castigo é um banho de água gelada a 10 graus centígrados, o grupo desnutrido tem um desempenho muito menor do que o controle; a simples mudança da temperatura para 17 graus (ainda gelada!) fez com que se modificasse o resultado nos dois grupos, porém com maior relevância no grupo desnutrido. Manteve-se a diferença de desempenho, porém em dimensão muito menor do que a anterior.

Assim, nas provas do labirinto, outros fatores não relacionados diretamente à inteligência, como a relação com *stress* e com alimentos, interferem no desempenho do grupo desnutrido. Esta interferência pode ser atenuada, melhorando este desempenho.

<sup>15</sup>Embora seja um ponto óbvio, consideramos importante ressaltá-lo, pois temos percebido que ocorrem algumas leituras inadequadas destes trabalhos, quase como se a prova em questão fosse muito simples. Às vezes, temos a sensação de que se está pensando nas brincadeiras, em que a criança desenha a saída do labirinto. São coisas totalmente diferentes, desenhar um labirinto e sair de um. Além disso, estamos falando de uma prova em ratos e não em homens.

A mudança de desempenho em uma prova, pela mudança das condições de realização, demonstra que o que se está avaliando é apenas o desempenho naquela atividade, para o qual a inteligência é essencial, porém não como único fator, existindo a interferência de outros fatores, no que poderíamos chamar aqui de disponibilidade emocional para a atividade. Demonstra, mais que tudo, que o potencial constitui objeto inatingível; o que avaliamos, aquilo a que temos acesso, são suas formas de expressão, resultados de sua interação, bastante complexa, com o ambiente, com os valores e possibilidades do grupo em que se cresce. O que, para muitos, se avalia como inteligência constitui apenas sua expressão, alterando-se, sofrendo a influência de inúmeros outros fatores, internos ou externos ao animal e ao homem.

Outros autores estudaram a influência que a redução das atividades de exploração do meio, observada em animais que tiveram desnutrição grave no início da vida, poderia ter sobre o desempenho nas provas destinadas a avaliar a inteligência. Trabalhando com macacos, espécie animal em que se pode realizar as provas mais sofisticadas, só superadas pelas aplicadas ao ser humano, encontraram que o desempenho do grupo desnutrido era inferior ao do grupo normal. Entretanto, quando permitiam que os animais, de ambos os grupos, se ambientassem ao local e aos objetos da prova, explorando-os e, conseqüentemente, diminuindo a tensão, o desempenho melhorava nos dois grupos, porém ainda mais intensamente no grupo desnutrido, fazendo com que a diferença observada entre os grupos fosse reduzida.

De todos estes trabalhos, o que se pode concluir é que a diferença de desempenho em provas destinadas a avaliar a capacidade intelectual de animais, submetidos a desnutrição grave no início da vida, resulta não apenas da interferência da desnutrição sobre

esta capacidade, mas também sobre outros aspectos da vida do animal, que influenciam diretamente seu desempenho nas provas.

Em síntese, o que se admite é que a desnutrição grave, no início da vida, pode, teoricamente, interferir nas funções intelectuais mais complexas que aquela espécie animal pode ter<sup>16</sup>. Qual a dimensão desta interferência é impossível determinar, porém, com certeza, é menor do que aparentaria, em uma visão mais superficial das pesquisas sobre o tema.

#### *A interferência nas funções intelectuais no homem*

Se estudar as repercussões da desnutrição sobre as funções do SNC em animais já é tão complexo, entender o que acontece no homem é muito mais delicado, pelo próprio significado que assumem as funções intelectuais.

O grande desafio que se coloca é: Como avaliar a capacidade intelectual de uma pessoa?

A pretensão de avaliar, até mesmo quantificar, o potencial intelectual de uma pessoa já não tem espaço acadêmico. Este potencial, em processo de interação extremamente complexo com o meio social em que esta pessoa cresceu e vive, impregnado de

<sup>16</sup> Lembre-se da discussão sobre o significado do labirinto para o rato; as mesmas observações são válidas para as provas aplicadas aos macacos.

valores sociais, culturais e históricos, pode expressar-se de diferentes maneiras, refletindo as experiências a que se esteve exposto. Por exemplo, a mesma coordenação viso-motora, enquanto capacidade neurológica, pode manifestar-se através da construção de pipas, de tarefas domésticas, de desenho, etc. Uma criança adquirirá diferentes formas de expressão de sua capacidade motora, segundo os valores e possibilidades de seu grupo social. Ela só poderá fazer pipa se, além da coordenação motora, tiver a oportunidade de aprender a fazê-la, isto é, tiver o conhecimento anterior. O mesmo raciocínio é válido para o domínio do lápis e papel, desenhando ou escrevendo. A criança pode ter excelente coordenação motora, apenas não aprendeu essa forma de expressão. Independente do instrumento empregado, apenas se tem acesso às expressões das capacidades intelectuais, da maturidade neurológica, da inteligência; expressão que traz em si a vivência anterior, o conhecimento prévio, portanto um inegável caráter de classe social.

As pesquisas acerca dos efeitos da desnutrição sobre as funções intelectuais no homem só podem ser realizadas em regiões pobres, onde a prevalência de desnutrição grave seja significativa. Assim, esses trabalhos foram realizados nas regiões mais pobres de países subdesenvolvidos (México, Chile, Guatemala e Índia<sup>17</sup>), nos estratos populacionais mais miseráveis.

<sup>17</sup> Esse tipo de trabalho é praticamente inexistente no Brasil, por motivos não muito claros.

Estudando crianças que tiveram desnutrição grave no início da vida<sup>18</sup>, crianças em situação de miséria, sua avaliação intelectual foi feita com instrumentos padronizados em outra classe social, proveniente de outra região geográfica, em um outro tempo. Todas as provas são padronizadas em populações de classe média alta e alta. O resultado seria perfeitamente previsível: as crianças desnutridas apresentavam sistematicamente desempenho inferior ao padrão normal.

Entretanto, como identificar, como isolar os efeitos da desnutrição em si dos efeitos de tudo que cerca esta criança, de sua vida, da falta de qualidade de sua vida? Como isolar a desnutrição de tudo aquilo que a determina? A desnutrição, no homem, não se distribui ao acaso; como vimos, é determinada pelas condições socioeconômicas, condições que também determinam a escolarização da família, a linguagem, o tipo de estímulos a que a criança é exposta, a importância que assumem as atividades intelectuais e a própria escola, enfim, os valores sociais e culturais da família e do grupo social; valores que modulam, direcionam o desenvolvimento do indivíduo, refletindo a forma de inserção na sociedade.

Mesmo na década de 50, quando esta crítica não estava bem estruturada, os autores indicavam a exigência de cautela na interpretação dos resultados, apontando, sempre, a necessidade de mais estudos para melhor entendimento do problema.

<sup>18</sup> Na maior parte dos trabalhos, as crianças são localizadas a partir de sua internação hospitalar pela desnutrição; a partir daí, inseridas em programa especial de seguimento a longo prazo, inclusive com aporte de alimentos para garantir a recuperação nutricional.

Tentando isolar os efeitos da desnutrição dos do meio sociocultural, comparou-se o desempenho de crianças que tiveram desnutrição grave no início da vida com o de seus irmãos e mesmo assim encontrou-se um desempenho inferior. Estes trabalhos são bastante divulgados, como comprovação definitiva de que a desnutrição compromete irreversivelmente as funções intelectuais no ser humano.

Entretanto, nesses trabalhos, ignorou-se a influência de outro fator, talvez o mais importante nessa discussão: a interferência direta da desnutrição grave na interação com o ambiente. Enquanto a criança ainda está com desnutrição grave, refletindo o extremo déficit calórico, ela fica praticamente parada, em estado de letargia, sem interagir com qualquer tipo de estímulo. Alguns autores estudaram a influência da desnutrição sobre as relações que a criança estabelece com outras pessoas, com destaque para o vínculo mãe-filho; observaram que, conforme a desnutrição vai se agravando, a interação da criança vai se reduzindo, até o ponto em que pode comprometer este vínculo, tornando-o mais frágil, de forma que a criança passa a receber menos estímulos maternos do que seus irmãos menos gravemente atingidos (Pollitt, 1973). É importante ressaltar que este efeito é independente de qualquer alteração anatômica do SNC.

A desnutrição grave funcionaria como uma barreira ambiental, dificultando as interações da criança. Se se considerar que isto está acontecendo em momento da vida em que a vivência de diferentes experiências, propiciando situações de aprendizagem, é essencial para o desenvolvimento cognitivo, pode-se entender por que se admite que esse fator poderia ser mais importante do que as conseqüências diretas das alterações anatômicas do cérebro.

Esta nova forma de entendimento do problema traz, em si, possibilidades de superá-lo.

A existência de um impasse metodológico nas relações entre desnutrição e desenvolvimento cognitivo não pode ser ignorada. Chegando-se ao ponto em que o próprio vínculo mãe-filho pode ser comprometido diretamente pela desnutrição grave, outras dificuldades metodológicas decorrentes de sua determinação social ficam até minimizadas.

Estas dificuldades metodológicas foram superadas, pelo menos parcialmente, pesquisando-se pessoas que tiveram desnutrição grave no início da vida, porém não por pobreza (desnutrição primária), mas por serem portadoras de uma doença crônica grave, que prejudica o aproveitamento de alimentos, provocando desnutrição secundária (à patologia<sup>19</sup>). Nestes estudos, quando encontradas, as diferenças no desempenho intelectual foram muito inferiores às que se observa nos estudos com desnutrição primária. Em muitos casos, inclusive, não se relataram diferenças. O estudo realizado na Holanda, com sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, mostrou que, aos 18 anos, seu desempenho em diferentes provas cognitivas era exatamente superponível ao da população normal. Neste trabalho, selecionou-se como população de estudo a geração que tinha menos de um ano de idade no período em que a Holanda sofreu o cerco das forças nazistas, ocasião em que a fome era disseminada e a prevalência de desnutrição, inclusive grave, foi muito alta (Steinet al., 1975).

<sup>19</sup> Podemos citar, como exemplo, crianças portadoras de cardiopatia congênita grave ou de doenças que provocam diarreia crônica grave. Nesta situação, a anatomia do cérebro apresentará exatamente as mesmas alterações encontradas na desnutrição primária, pois a célula não importa o motivo pelo qual recebe menos nutrientes, se porque o coração não funciona adequadamente, ou se porque falta salário em casa.

Assim, parece que, quando desvinculada de um contexto de privação global, a desnutrição interfere muito menos no desenvolvimento intelectual. Não se está afirmando que ela não tenha um efeito direto e real sobre o SNC, mas que este desenvolvimento é tão complexo no homem que as consequências das alterações anatômicas podem ser minimizadas — e mesmo suplantadas — pela ação de outros fatores em conjunto.

Em síntese, hoje admite-se que a desnutrição grave no início da vida pode interferir no desenvolvimento das funções intelectuais mais complexas que o homem pode atingir. As funções intelectuais superiores no homem, porém de menor complexidade, não parecem ser comprometidas. Admite-se, ainda, que é impossível determinar, em uma pessoa em especial, se houve ou não este comprometimento e, menos ainda, sua intensidade. Por fim, admite-se que a maior parte dos homens não emprega e nem chega a desenvolver estas funções mais complexas, mesmo possuindo um cérebro intacto.

#### *A desnutrição e o fracasso escolar*

As afirmações de que a desnutrição seria um dos principais fatores responsáveis pelo fracasso escolar apresentam dois vieses fundamentais:

—A criança que teve desnutrição grave no início da vida raramente chega à escola, pois a maioria morre no primeiro ano de vida.

—A desnutrição grave pode interferir nas funções cognitivas mais complexas que o homem pode desenvolver, que não são necessárias

para o processo de alfabetização e nem sequer estão presentes aos 7 anos de idade.

A criança que está na escola e não aprende muitas vezes é desnutrida; porém em intensidade leve, aquela que consegue manter todo o metabolismo e fisiologia absolutamente normais às custas do sacrifício do crescimento. Seu cérebro é normal, podendo aprender o que lhe for ensinado.

*São crianças que não passam numa prova de ritmo e sabem fazer uma batucada. Que não têm equilíbrio e coordenação motora e andam nos muros e árvores. Que não têm discriminação auditiva e reconhecem cantos de pássaros. Crianças que não sabem dizer os meses do ano, mas sabem a época de plantar e colher. Não conseguem aprender os rudimentos da aritmética e, na vida, fazem compras, sabem lidar com dinheiro, são vendedoras na feira. Não têm memória e discriminação visual, mas reconhecem uma árvore pelas suas folhas. Não têm coordenação motora com o lápis, mas constróem pipas. Não têm criatividade e fazem seus brinquedos do nada. Crianças que não aprendem nada, mas aprendem e assimilam o conceito básico que a escola lhes transmite, o mito da ascensão social, da igualdade de oportunidades, e depois assumem toda a responsabilidade pelo seu fracasso escolar. (Moysés e Lima, 1982)*

Mesmo admitindo-se que na escola existam crianças que tiveram desnutrição grave, não apresentam comprometimento das funções cognitivas que possibilitam a aquisição da linguagem escrita.

Em trabalho recente, realizado em Vitória/ES, Freitas (1995) conseguiu localizar, na escola, crianças que no primeiro ano de vida haviam participado de um programa de recuperação nutricional, voltado a crianças com desnutrição grave e moderada. Um dos aspectos estudados foi o seu rendimento escolar, encontrando que a maioria ainda estava na 1ª série, com grande número de reprovações. Entretanto, quando seu desempenho foi comparado com os indicadores educacionais do município, a autora observou que não havia diferenças entre seu grupo de crianças e as demais crianças capixabas, que não haviam tido desnutrição grave.

Este resultado reforça o que estamos tentando colocar neste texto: a desnutrição pode interferir no desenvolvimento cognitivo das crianças, porém os mecanismos de seleção — e exclusão — social são tão mais intensos e perversos que tornam virtuais os possíveis efeitos da desnutrição.

Um parêntese: a criança que está na escola pode estar com fome. Porém, aí, é uma outra discussão. Neste assunto, é necessário separar quando se fala em fome e quando se fala em desnutrição, pelo que está implícito no discurso sobre cada uma. A fome, como já dissemos, é uma necessidade primária e quando não atendida pode interferir na disponibilidade da pessoa para qualquer atividade. Uma criança com fome está menos disponível para brincar, para correr, para aprender, inclusive. Satisfeita a necessidade básica, a criança apresenta-se com todo seu vigor, novamente. A fome não deixa seqüelas, não altera a anatomia, não é irreversível. Alimentada a criança, cessam todos os efeitos da fome, e a criança estará disponível para aprender o que lhe for ensinado.

Desta forma, a discussão do fracasso escolar deve ser remetida para o campo coletivo, institucional, buscando-se sua superação no plano político e pedagógico. Não se pode pretender, seriamente, enfrentá-lo com o programa de merenda escolar.

Este discurso, ao mesmo tempo em que dificulta a percepção dos determinantes reais do fracasso escolar, coloca para a merenda um objetivo que já se sabe, de antemão, inatingível. A merenda não é capaz de resolver o fracasso escolar.

Até ousaríamos dizer que a merenda não é para resolver o fracasso escolar.

Entretanto, se a merenda é incapaz de erradicar a desnutrição, ela pode matar a fome do dia, ou melhor, a fome de quatro horas. A criança, sem fome, poderá aprender mais facilmente, mas isto não resolverá o fracasso escolar, nem deve ser o objetivo da merenda.

Entretanto, isto não significa que a merenda é dispensável, que deve ser retirada das escolas, ou algo semelhante. Dizer que a merenda não é para resolver a desnutrição nem o fracasso escolar não implica posição contra a sua existência, ou em enxergá-la como mal menor. Ao contrário, consideramos que o que se impõe é uma luta para redimensionar a merenda, deslocando-a de programa paliativo para proposta de atenção a direitos da criança.

### **Entendendo a merenda como um direito da criança**

A merenda escolar deve ser entendida como programa voltado à atenção aos direitos da criança. Apenas isto.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995

A merenda não tem por objetivo resolver o problema da desnutrição nem do fracasso escolar. Ambos são muito graves e demandam propostas políticas adequadas para sua superação, não devendo ser objeto de discursos mistificadores.

O direito da criança de receber algum tipo de alimento durante sua permanência na escola decorre de suas características fisiológicas. A criança, inclusive na idade escolar, tem uma grande facilidade de ativar determinados processos metabólicos, quando fica um período maior do que quatro horas sem se alimentar. Através desses processos, consegue-se obter as calorias necessárias para todo o metabolismo, porém, com o inconveniente de gerar uma quantidade maior que o normal de corpos cetônicos. O excesso de corpos cetônicos, por sua vez, leva a um aumento da quantidade de radicais ácidos no sangue, situação conhecida como cetoacidose, ou cetose, que provoca alguns efeitos indesejáveis. Isto pode acontecer com qualquer pessoa em restrição alimentar mais prolongada<sup>20</sup>, porém o que distingue o organismo da criança é que ela ativa esses processos mais fácil e mais rapidamente, de modo que muitas delas já apresentam o quadro de cetose quando ficam um período de quatro horas sem se alimentar.

Provavelmente, o saber popular referente a estes efeitos constitui a base para o hábito das crianças levarem lanche para a escola, observável principalmente entre as crianças oriundas de estratos sociais com poder aquisitivo para exercer esse hábito. E vale

<sup>20</sup> As pessoas que já fizeram dieta para emagrecer podem se lembrar do mal-estar que acontece nos três primeiros dias, reflexo da acidose que acontece até o organismo se adaptar à restrição alimentar.

ressaltar que essas crianças não passam fome, nem estão desnutridas, e seu risco de ir mal na escola é reduzido. E nem por isto se questiona o hábito da lancheira.

Nos países desenvolvidos, a alimentação distribuída no período da escola constitui uma prática difundida e não questionada. Países como Japão, França, Canadá possuem programas de alimentação escolar que não costumam ser questionados quanto a seus objetivos, porque seu único objetivo é atender ao direito da criança. Só isto. Não se pretende, com os programas, melhorar a distribuição de renda, reduzir a fome ou a desnutrição e, menos ainda, melhorar o desempenho escolar. Trata-se, simplesmente, de concepção em que a alimentação escolar reflete um estado de cidadania, regida pelo princípio de direitos.

Em contraste, no Brasil vivemos ainda um estado de não-cidadania, regido por carências e privilégios. Onde predominam privilégios, por princípio, não há direitos, que só existem quando se estendem a todos. Por outro lado, onde há privilégios, existe seu reverso obrigatório, as carências (Chauí, 1995).

Tentamos, a cada momento, construir nossa cidadania que não pode existir apenas para nós, mas tem de ser para todos, para existir. Entretanto, às vezes nos prendemos a formas de pensamento que trazem, em si, a concepção de um mundo fundado em privilégios e carências.

Assim, muito do que se tem discutido acerca da merenda revela essa forma de pensamento. Ainda se entende a merenda como voltada à carência. E, paradoxalmente, em um país onde ela adquire mais um significado, pela situação concreta de fome, muitos se

posicionam contra. Não contra o discurso político, mistificador e demagógico, mas contra a merenda em si.

E lógico que, mesmo que se transforme o programa de alimentação escolar, principalmente em termos de objetivos e uso político, atingindo-se a concepção de que é importante, apenas porque a criança tem o direito de se alimentar enquanto está na escola, por muito tempo continuará servindo para matar a fome de muitas crianças. Porém, a mudança de mentalidade pode significar uma diferença qualitativa não somente do programa, mas da própria concepção de sociedade, ou melhor, da sociedade que queremos e de como conquistá-la.

A concepção de alimentação, inclusive a escolar, como direito é essencial para que o programa de merenda possa ser transformado, com uma outra inserção na escola e na sociedade. A merenda, enquanto proposta para suprir carências, desconsidera aspectos fundamentais, como os hábitos alimentares da população, o incentivo à produção agrícola, a necessidade de sistemas adequados de armazenamento e distribuição de alimentos; além disto, constitui-se em elemento artificial e estranho à escola, não se incorporando às atividades educacionais aí desenvolvidas.

A transformação deve contemplar todas estas questões. Idealmente, a merenda deve ser à base de produtos naturais regionais e ser inserida nas demais atividades educacionais da escola, procurando vinculá-la à família e à comunidade.

A utilização de alimentos naturais da região pode ter um grande alcance. No plano intra-escolar, possibilita cardápios que respeitem

os hábitos alimentares da região, além de subsidiar as discussões em sala de aula sobre alimentação, saúde, higiene e produção agrícola. A valorização dos hábitos do grupo social em que se insere possibilita à escola uma interação diferente com a criança e sua família, menos preconceituosa e excludente. O uso de alimentos regionais permite, assim, que a merenda se integre às propostas pedagógicas da escola. Por outro lado, no plano extra-escolar, possibilita melhor interação da escola com a comunidade, pois a aquisição dos alimentos deverá ser feita, prioritariamente, na própria região, aproximando a escola da produção agrícola regional. A participação bilateral, além do enriquecimento educacional mútuo, estaria amenizando para os agricultores problemas de plantio e comercialização, a partir de uma demanda específica e definida.

Um ponto essencial para esta transformação é a mudança no trato governamental com as verbas para a merenda. O conhecimento público do orçamento do governo, em detalhes, em todas as áreas e projetos, constitui um direito do cidadão. Assim, a luta pela transparência da origem e destinação das verbas para a merenda insere-se em uma luta maior, de transparência de toda a administração. O orçamento deve ser transparente e de fácil acesso a todos. Além disto, as verbas para a merenda devem ser destinadas em separado das verbas para a educação *strictu sensu*, de modo facilmente perceptível. As verbas da merenda não podem continuar inchando artificialmente as verbas para a educação, camuflando o pequeno orçamento específico para esta pasta. Entretanto, a verba específica da merenda deverá continuar alocada na pasta da educação, a fim de garantir seu caráter educacional.

Este é um longo processo de transformação. Entretanto, dois pontos devem ser buscados de imediato, inclusive para alavancar a mudança. O primeiro é a mudança de nosso discurso: passemos a

nos posicionar contra o uso político da merenda e não contra ela. O segundo é a sua vinculação às atividades educacionais desenvolvidas na escola, mesmo que ainda consista, predominantemente, de formulados; sua vinculação pedagógica pode ser instrumento de percepção, para professores e alunos, do que representa um alimento formulado em termos de desrespeito aos valores culturais e de concepções subjacentes de comida para carentes.

Esta discussão é ainda mais importante em um momento em que surgem propostas governamentais que representam um retrocesso ainda maior. A noção de que a merenda é para suprir carências tem por corolário imediato que ela deve atingir apenas os carentes. Hoje, no Brasil, circulam falas mais ou menos subliminares a esse respeito, endossando propostas de que a merenda deixe de ser um projeto de atendimento universal (que ainda não chegou a ser!) e se transforme em projeto de atendimento focalizado, apenas dos mais carentes, dos que necessitam, dos pobres e miseráveis, enfim.

Na América Latina, o Brasil é o único país que propõe o atendimento universal para a alimentação escolar, inclusive constando do texto constitucional. Nos demais, os programas são focalizados, destinados ao atendimento de quem precisa, proposta coerente com o espírito de um programa de suplementação alimentar. Atualmente, existe uma pressão dos demais países para que o Brasil também assuma o caráter focal, pressão que tem encontrado um campo receptivo em espaços oficiais. As propostas de reforma constitucional colocadas pelo governo, disseminando a idéia de que é preciso reduzir os direitos sociais, que seriam excessivos e muito onerosos no Brasil, incluem a retirada do caráter universal da merenda. Observa-se, aqui, uma situação interessante: em uma área em que o Brasil está mais avançado, é ele que sofre as influências retrógradas, ao invés de ser exemplo de que pode ser diferente e servir como modelo para

alavancar a mudança nos outros países. Talvez a explicação deva ser buscada nos modelos de desenvolvimento político e econômico que têm sido adotados na América Latina.

Se esta proposta se concretizar, pode-se imaginar, superficialmente, os danos que trará, tanto ao programa em si — com deterioração ainda maior da qualidade, em consequência das idéias de comida para pobre — quanto ao exercício da cidadania. A este respeito, relembre-se as idéias já citadas neste texto, de Bittencourt e Magalhães (1995), acerca do sentimento de não pertencer à Nação e suas consequências sobre o exercício da cidadania, sobre as relações entre a pessoa e o Estado, sobre o assumir o Estado como bem público, passível de controle social.

Argumentos economicistas não podem prevalecer quando se trata da própria concepção de sociedade e de Estado, principalmente em um momento em que se investe menos do que nunca, em termos absolutos e proporcionais, nas políticas sociais. Apesar de, no plano do discurso, a resolução dos problemas decorrentes das desigualdades sociais ser a prioridade governamental, as ações têm se caracterizado por agravar ainda mais este quadro.

E o enfoque que tem sido dado às discussões sobre o programa de merenda apenas cria o campo necessário para que prosperem propostas como essas. Ao aceitarmos, em nossos debates, a direção e os limites impostos pelas falas oficiais sobre a merenda, abdicamos de nosso direito de subverter a situação posta, de definirmos, nós mesmos, nossos rumos e limites.

Este é o desafio que estamos propondo: ousar, subverter, transformar. Lutar por direitos ainda não conquistados e já em risco!

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995

#### Referências bibliográficas

BITTENCOURT, S.A., MAGALHÃES, R.F. Fome: um drama silencioso. In: MINAYO, M.C.S.(Org.). *Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro, Abrasco, 1995.

CHAUÍ, M. *Cidadania, direitos e privilégios*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 1995.

COLLARES, C.A.L. *O cotidiano escolar patologizado: espaço de preconceitos e práticas cristalizadas*. Campinas, 1995. Tese (Livre-Docência) — UNICAMP.

FONSECA, A.M., MARQUES, M.A.G., De GRANDE, A.M., BERNARDES, S.P. Política de Alimentação e Nutrição. In: *BRASIL 1986: relatório sobre a situação social do país*. São Paulo: UNICAMP, Núcleo de Estudos e Políticas Públicas, 1988.

FREITAS, M.B.S. *Desnutrição e fracasso escolar: um novo olhar a partir de crianças capixabas*. Vitória, 1995. Dissertação (Mestrado) — UFES.

MONTEIRO, CA. Saúde e nutrição das crianças brasileiras no final da década de 80. In: MONTEIRO, M.F.G., CERVINI, R.(Orgs.). *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992a.

\_\_\_\_\_. O estado nutricional das crianças brasileiras: a trajetória de 1975 a 1989. In: MONTEIRO, M.F.G., CERVINI, R.(Orgs.). *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992b.

MOYSÉS, MAA., LIMA, G.Z. Desnutrição e fracasso escolar: uma relação tão simples? *Revista ANDE*, São Paulo, n.5, p.57,1982.

NUTTI, J.Z. *Concepções sobre as possibilidades de integração entre saúde e educação: um estudo de caso*. São Carlos, 1996. Dissertação (Mestrado) — UFSCAR.

NUTRITION, the nervous system and behavior. Publicação Científica OPAS, n.251,1972.

NUTRITION, development and social behavior. Publicação Científica OPAS, n.269,1973.

PELIANO, A.M. et al. O problema alimentar brasileiro: situação atual, perspectivas e proposta de políticas. In: CASTRO, CM.,

COIMBRA, M.(Orgs.). *O problema alimentar no Brasil*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1985.

POLLITT, E. Behavior of infant in causation of nutritional marasmus. *American Journal of Clinical Nutrition*, n.26, p.264,1973.

RIBEIRO, S.C. Educação e cidadania. In: VELLOSO, J.P.R., ALBUQUERQUE, R.C. *Educação e modernidade: as bases do desenvolvimento moderno*. São Paulo: Nobel, 1993.

STEIN, Z.A. et al. *Famine and human development: the dutch hunger winter of 1944-45*. New York: Oxford University Press, 1975.